



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1284/15	DATA: 05/08/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h17min	TÉRMINO: 17h19min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer.
MÁRCIO JARDIM - Presidente do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Esporte e Lazer — FONSEEL.
CÁSSIA DAMIANI - Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério do Esporte.
CYRO DELGADO - Subsecretário de Esporte do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Elaboração do relatório final, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, enfocando o debate sobre a participação das esferas de Governo no Plano Nacional do Desporto.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e a todas!

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 58/2015, de iniciativa do Deputado Evandro Roman, e tem como objetivo a elaboração do relatório final, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, enfocando o debate na participação das esferas de Governo no Plano Nacional do Desporto.

Lembro a todos os Parlamentares que novo painel foi aberto para registro de presença nesta audiência pública. Portanto, aqueles que ainda não registraram suas presenças, façam-no, por favor.

Convido para conduzir os trabalhos desta reunião de audiência pública o Deputado Evandro Roman, autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos!

Para dar início às apresentações, convido para sentar-se à mesa a Sra. Cássia Damiani, Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério do Esporte; o Sr. Antônio Carlos Pereira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer; e o Sr. Márcio Jardim, Presidente do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Esporte e Lazer — FONSEEL.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate, e disporá de 20 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente, e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Antes de passar à exposição dos convidados — pela ordem, falará primeiro o Sr. Antônio Carlos Pereira, depois falará o Sr. Márcio Jardim e, por último, a Sra. Cássia Damiani —, quero dizer que o objetivo do requerimento para debatermos esses assuntos é definir as funções de cada um, para sabermos quem são os responsáveis tanto no Plano Nacional do Desporto como na realização do trabalho



do Ministério do Esporte envolvendo todas as ações sobre o Sistema Nacional de Esporte.

Estão presentes aqui os representantes dos Estados, dos Municípios e do Ministério, para que possamos desenvolver ações em que não tenhamos retrabalho no envolvimento do Ministério do Esporte, de outros Ministérios e de Secretarias Municipais, Estaduais e Federais tanto da Educação quanto da Saúde. Assim, poderemos fazer um trabalho da melhor forma possível e desenvolver tanto o sistema, numa parte mais operacional, como o Plano Nacional do Desporto, pensando numa ação de 10 a 20 anos.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Pereira para suas considerações.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Boa tarde a todas e a todos!

Eu queria cumprimentar esta Comissão pela oportunidade que oferece aos Municípios de darem sua contribuição. É óbvio que, para colocar todos esses assuntos em pauta, as autoridades, no âmbito do Governo Federal e dos Governos estaduais, têm que saber o que acontece no Município. O cidadão não mora no Brasil, não mora no Estado, ele mora no Município. É lá que as coisas acontecem. Durante 24 horas por dia se é demandado a resolver os problemas em todos os segmentos.

A Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer é uma entidade nova, está sendo reestruturada agora. O Presidente é o Prof. Panzetti, Secretário de Esportes de Indaiatuba. E nós estamos, agora, fazendo as comissões regionais em todo o País, para a indicação de cada uma dessas áreas no segmento de esportes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu trouxe aqui o modelo de uma cidade de porte médio de aproximadamente 130 mil habitantes. E esses dados aqui são a realidade do que acontece na ponta.

Uma cidade, em 2015, teve um orçamento de aproximadamente 309 milhões e 720 mil reais. Esse é o orçamento bom para os Municípios, ou seja, é aquele que demanda do bolso dos tributos municipais. Aqui não há verba alocada, carimbada, de Ministérios e de Governo do Estado. Esse é o orçamento bom para o Município.



Dentro desse orçamento, as Prefeituras têm que tirar despesas fixas com pessoal. Hoje, numa porcentagem prudencial, às vezes despesas fixas com pessoal extrapolam quase 50% do orçamento total dos Municípios. Nessa cidade que nós trouxemos como modelo, 40% é uma taxa de despesas fixas com pessoal extremamente prudencial. Só que esses 40% já levam, do orçamento de 309 milhões, 123 milhões. Fala-se: “É só isso?” Não, os Municípios têm que arcar com as despesas com a educação, que no mínimo, hoje, são 25% — no mínimo. Só que, hoje, na grande maioria dos 5 mil Municípios brasileiros, elas extrapolam os 25% e chegam, aproximadamente, entre 30% e 32%. Nessa cidade padrão, nós colocamos com 30%. São cidades que realmente colocam esse percentual, ou seja, são mais 92 milhões.

Outro item do orçamento das Prefeituras é saúde, que é no mínimo 15%. Os Srs. Deputados e as pessoas que nos estão ouvindo sabem o que acontece nos Municípios: a saúde nunca fica em 15%, ela chega a 25%, 30%. Nós fizemos um cálculo prudencial: mínimo, 15%; realidade, hoje, 23%. Ou seja, são mais 71 milhões.

Subtotal do orçamento bom da Prefeitura: de 309 milhões, nós tivemos um subtotal de 288 milhões para despesas com pessoal, com educação e saúde. Restam, para o administrador municipal, o Prefeito, 21 milhões e 682 mil reais para serem divididos por todas as outras Secretarias, quais sejam: Meio Ambiente, Cultura, Esporte, Turismo, Obras, Segurança Pública, Indústria e Comércio. Essa é a realidade do País, esses são dados que acontecem nos orçamentos das Prefeituras municipais.

Vamos sair do foco do orçamento geral e vamos, nesse modelo, apresentar o que é o esporte.

Em uma cidade privilegiada, o orçamento do esporte seria de 1,25% daqueles 309 milhões de reais — que é o orçamento da Prefeitura. O Deputado João Derly sabe que o valor de 1,25% é o de uma cidade privilegiada e que se refere ao orçamento total da Prefeitura. Isso é sinal de que o Prefeito tem um olhar diferenciado para o esporte. Daquela sobra do dinheiro, ele corresponde a 1,7% do saldo do orçamento. Ou seja, ainda é uma Secretaria privilegiada.



A crise não pegou agora os Municípios, a crise já vem ao longo do tempo. Por exemplo, em relação a este orçamento de 2015, que é real, no primeiro dia de execução desse orçamento, o Prefeito, para colocar saúde e educação de maneira privilegiada — como tem que ser —, contingencia algumas Secretarias. É óbvio que a Secretaria de Esportes não tem privilégio, ela foi contingenciada em 608 mil reais. Então, daquele total de 3 milhões e 825 mil reais para o esporte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS PEREIRA - Alguém falou?

(Não identificado) - O senhor está falando de que Município?

O SR. ANTONIO CARLOS PEREIRA - Esse modelo é o de Botucatu. É óbvio que é o modelo da minha cidade, porque eu sou Secretário lá.

O valor disponível: 3 milhões e 217 mil reais. Mas, espere um pouco, eu preciso tirar despesas fixas com pessoal. Hoje, despesa fixa com pessoal, dentro de uma escala prudencial, é de 27,6%, ou seja, são 1 milhão e 58 mil reais. Do orçamento real, 2 milhões 159 mil reais é o orçamento que os Secretários de Esportes de uma cidade um pouco privilegiada têm para gastar nas suas áreas de atuação.

Há o dado de que 38% dos Municípios brasileiros não possuem orçamento na área de esporte. Pode-se perguntar: *“Então, não há esporte nessa cidade?”* Não, é que, de repente, essa área de esporte esteja contemplada em outras Secretarias ou que seja do orçamento do próprio gabinete do Prefeito. Isso é muito comum em cidades pequenas que não têm uma Secretaria de Esportes. Ou ela é vinculada à educação, ou ela é vinculada a turismo, ou ela é vinculada à cultura. Esse é um dado sobre o qual os gestores, tanto estaduais quanto federais, têm que ter um olhar diferenciado.

Nos Municípios do Estado de São Paulo — falo porque eu sou da região do Estado de São Paulo —, hoje nós temos quatro grandes eventos dos quais os Municípios têm que participar, eles não têm como deixar de participar. Os eventos são: os Jogos da Juventude, os Jogos Abertos, os Jogos Regionais e os Jogos dos Idosos. Só que, para levar as suas equipes, o gasto é de, aproximadamente, 260 mil reais — isso fazendo uma economia muito grande.



Quem já participou de Jogos Regionais e de Jogos Abertos sabe que é necessária uma estrutura diferenciada. O Sr. Cyro sabe que, antigamente, nós íamos para as competições e dormíamos em colchão. O Deputado João Derly deve ter dormido muito dessa forma. Só que hoje, se não levarmos beliche, os atletas não vão — e é o mínimo que temos que dar para essas pessoas. Então, daquele orçamento que nós temos, gastamos 260 mil reais para ir a essas competições. Não há como não ir.

Convênio com entidades. O que está acontecendo? Hoje, a Prefeitura não tem como arcar com projetos sociais dos quais ela é a gestora. Ela é levada a fazer convênios com entidades para projetos esportivo-sociais, porque a demanda é muito grande. Em Município grande, tem de se fazer esses convênios. São gastos, aproximadamente, 390 mil; 18,5% do seu orçamento.

Nessa ficha, nós já gastamos 650 mil reais de um orçamento de 2 milhões e 59 mil reais.

Aluguel de instalações. Muitas prefeituras não têm equipamentos esportivos pelos quais elas são as responsáveis. A demanda é muito grande. O que fazemos hoje para minimizar essa dificuldade? Alugamos de clubes as instalações esportivas que precisamos para a demanda dos usuários das escolas de esportes.

Hoje, as pessoas têm que entender que os clubes esportivos sociais, não aqueles de grife, mas aqueles do interior do Estado, estão passando por uma fase muito difícil: inadimplência, queda da receita. Não há como administrar. E a Prefeitura é o porto seguro para essas coisas.

Pagamento de taxas de arbitragem e ajuda às modalidades. Sobre o pagamento de taxa de arbitragem, mais para frente, eu falo e dou como sugestão uma alternativa para minimizar esse déficit.

Grandes eventos. Cidade que não faz grandes eventos não cria autoestima na população. Temos de criar mecanismos para incentivar a população a participar de grandes eventos, mesmo sendo de maneira contemplativa, sendo a protagonista da prova.

E nós temos de colocar lá, em nossa cidade, 28 escolas de esportes. Essa é uma maneira de nós, entre aspas, “burlamos” a despesa fixa com pessoal, porque terceirizamos a contratação desses profissionais, pagando por hora/aula por



prestação de serviços. E fazemos isso. Temos de fazer, porque o número de funcionários, de servidores da Prefeitura na área de esportes, com raras exceções, é muito pequeno e temos de buscar fora. Com isso, nós gastamos, aproximadamente, nessa folha, quase 800 mil reais.

Essas são outras despesas que temos de pagar, que são do Município. Não estou falando que é do nosso Município; é da maioria dos Municípios. Se houver algum Secretário Municipal aqui presente, ele vai ter certeza de que está aqui, nesta apresentação, o que ele gasta lá, de acordo com o porte da sua cidade.

Nós gastamos com licitação de arbitragem. Vão falar: *“Mas você já tem taxas de arbitragem e está falando em licitação?”* São duas coisas distintas. Taxa de arbitragem é das competições que a cidade participa, que são organizadas pelas federações e confederações. Aqui é a licitação de arbitragens de futebol e futebol de salão para a demanda da população da cidade.

Não sei como isso funciona em outros Municípios, mas nós temos uma ata de registro de preço para transporte de atletas para competições e viagens. Hoje, uma ata de registro de preço — é óbvio que, de acordo com a localização da cidade, o preço pode aumentar muito, como pode diminuir — está em R\$3,85 o quilômetro rodado, ou seja — e mais para frente eu irei mostrar — a nossa cidade, que fica no meio do Estado de São Paulo e está a 250 quilômetros, é obrigada a ir a competições das federações no eixo de São Paulo e no seu entorno. Eu gasto, por viagem, para uma delegação ir num determinado dia, quase 2 mil reais, que estão computados aqui também.

Reformas dos Próprios.

Pagamento de contas de luz, água e telefone também é outra coisa que sai do orçamento da sua Secretaria.

Manutenção de campos, manutenção de praças de lazer, manutenção de próprios. São mais 869 mil reais. Ou seja, esse item pega 40% do seu orçamento.

Muito bem, eu fiz um resumo. Orçamento real: 2 milhões, 159 mil reais. Total de despesas: 2 milhões, 327 mil reais. Eu tenho um déficit de 178 mil, 490 reais. O Prefeito vai ter que ajudar, porque, se não ajudar, vai haver um corte até o final do ano.



Dificuldades: não temos como reivindicar obras de infraestrutura, pois o custeio é muito alto. Eu vou citar um exemplo, que não tem nada a ver com o esporte, mas é para os senhores terem uma ideia.

Hoje, quando vemos na televisão a imprensa falando que existem em determinado galpão várias ambulâncias do SAMU paradas e que os Prefeitos não vão buscá-las, a primeira reação da população é dizer: *“Esse Prefeito é um canalha. Como deixa a população sem SAMU, com ambulância lá?”* Vou citar um dado: o Ministério da Saúde doa a ambulância para o Município. Essa ambulância custa para o Ministério da Saúde um valor aproximado de 220 mil reais. Sabem quanto custa para fazer essa ambulância do SAMU operacionalizar 24 horas por dia com três equipes? Custa 220 mil reais. A mesma coisa, guardadas as proporções, é com relação às obras.

Hoje o Ministério do Esporte e o Governo Federal auxiliam em alocar recursos para construção de piscinas, de ginásio, de pista, e a cidade se empolga. Quando elas estiverem prontas, a Prefeitura não terá dinheiro para pagar o custeio, que é muito alto.

Essas coisas têm de ser mais bem dimensionadas. Nós temos de ver uma maneira de os próprios Governos Federal e Estadual repassarem um pouco da verba de custeio. Vamos ter que contratar professor, vigia, pessoal de limpeza, enfim, vamos ter de fazer a manutenção desses equipamentos.

Não temos como ampliar a participação em eventos regionais, porque temos o custo de transporte, de lanches, de uniformes, de inscrições e de taxas. Fazemos o que dá para fazer. Deixamos de participar de vários eventos, porque não temos recursos para isso. As federações não ajudam os Municípios com relação à isenção de taxa, e os locais de competição ficam em torno da capital. Não se realizam, no Estado de São Paulo, principalmente nas modalidades de lutas, eventos que não ficam na capital ou em um raio de 50 a 60 quilômetros. Esse transporte custa para a prefeitura, num só dia, 2 mil reais. O Secretário sabe que é verdade.

O transporte para viagens fica represado, pois a Secretaria de Educação fica impedida de apoiar. É óbvio que fica! Existe uma lei clara para isso. Os ônibus escolares que o Município ganha da Secretaria da Educação não podem transportar



atletas. Ou você fala que está levando uma delegação de alunos da rede pública municipal ou então é mais 2 mil reais para levar o atleta para outro lugar.

Criar mecanismos de capacitação das Prefeituras para a criação de setor específico para a formulação de convênios. Por isso é que eu falo que, se o Governo do Estado e o Governo Federal não criarem mecanismos de treinar equipes para formular esses convênios, nós vamos cair na mão de empresas que cobram o que querem. Se nós já não temos dinheiro nem para fazer o custeio, como é que vamos fazer? Então, nós temos que criar esse tipo de mecanismo.

Agora vou apresentar algumas sugestões.

Apoio dos Governos Federal e Estadual com recursos para as obras de infraestrutura esportiva e para o seu custeio de RH. Essa é uma medida que viria beneficiar extremamente os Municípios, ou seja, dá obra e dá uma parte do custeio. Não precisa dar todo ele, se der uma parte do custeio, ajuda e muito.

Os Governos Federal e Estadual que apoiarem as confederações e federações, ao alocarem recursos para eventos, poderiam liberar os Municípios das taxas de participação. Ou seja, as confederações e federações ganham duas vezes, recebem do Governo do Estado e do Governo Federal, e o Município que vai participar também paga. Então, se tem dinheiro público, beneficia os Municípios. Se vocês colocarem na ponta do lápis, vai melhorar muito e sobrar dinheiro para fazer outros investimentos.

Os Governos Federal e Estadual poderiam fazer doação de ônibus para os Municípios que realmente investem na área esportiva, conforme se faz com as áreas de educação e saúde. Por que não pode doar ônibus para o esporte? Por que só pode ser para a educação e para a saúde? Um micro-ônibus hoje, doado para as prefeituras que realmente trabalham com o esporte, que viajam, que têm delegação, vai custar 120 mil reais. Esse valor é pago em um ano, ou seja, o Município passa a ter 120 mil reais para poder colocar em outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sr. Antônio Carlos, peço que faça as suas considerações finais, por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Solicitar aos Governos Federal e Estadual que estabeleçam mecanismos e diagnósticos para atender os Municípios que realmente desenvolvem programas nas áreas esportivas e de lazer, de alto



rendimento e escolar. Se não tiver um diagnóstico do que acontece hoje, nós nunca vamos poder disponibilizar recursos com critério, e isso é extremamente importante.

Deu para deixar claro que não sobra nada para investimento? Os Municípios não têm dinheiro para investimento! Essa é a realidade de quase 90% dos Municípios.

Muito obrigado. A minha apresentação vai ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço a V.Sa. por sua apresentação.

Eu gostaria só de registrar a presença dos Parlamentares que estão presentes e que por aqui também já passaram: Deputados Deley, Marcelo Aro, Marcus Vicente, o nosso Presidente Márcio Marinho, que está aqui, Pedro Fernandes, Andres Sanchez, João Derly, Goulart, Rubens Bueno, Arnaldo Jordy, Alexandre Baldy, Raquel Muniz, Zé Carlos e Weverton Rocha.

Gostaria também de registrar a presença do Sr. Cyro Delgado, Subsecretário de Esporte do Rio de Janeiro e também Presidente da Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte. Agradeço a todos a presença.

Alguns Deputados questionaram qual era o representante dos Municípios. Informo que é o Sr. Antônio Carlos Pereira.

Agora, com a palavra, representando os Estados, o Sr. Márcio Jardim, Secretário de Esportes do Estado do Maranhão e também Presidente do Fórum de Secretários Esportivos do Brasil, do qual tive a oportunidade de, por 4 anos, também fazer parte.

O SR. MÁRCIO JARDIM - Sras. e Srs. Deputados, membros desta Comissão, muito boa tarde!

Quero, antes de mais nada, agradecer a deferência desta Subcomissão e da Comissão de Esporte pelo convite de chamar o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte para participar desta audiência pública. Então, os nossos agradecimentos.

Quero pedir permissão para fazer aqui um registro de modo muito especial. Os Deputados presentes já foram mencionados, mas faço questão de outra vez mencionar a bancada federal do meu Estado: Deputados Pedro Fernandes, Zé Carlos, Weverton Rocha, que, pelo o seu histórico bastante afeto a esse tema, já foi



Secretário de Esporte também do meu Estado, e o meu querido amigo e companheiro dos tempos de movimento estudantil, da União Nacional dos Estudantes — nos reencontramos agora neste tema comum da nossa atuação —, Deputado Wladimir Costa. Agradeço a presença de todos vocês. Podem ver que, se precisar ter aqui alguma votação, nós não vamos perder, porque a bancada do Maranhão está em peso. E, para reforçar a bancada federal, ainda trouxemos o Deputado Estadual Carlinhos Florêncio, que está ali presente. Muito obrigado pela presença.

Eu quero muito objetivamente ressaltar a importância deste debate. Ele não se iniciou este ano, já vem se arrastando ao longo dos anos, mas ganhou muita força pelo fato de o Ministério do Esporte este ano chamar para si isso como um desafio, como uma tarefa para esse próximo período. Inclusive foi exatamente num encontro de secretários e gestores estaduais de esporte, realizado em São Luís do Maranhão, no mês de fevereiro, que o Ministro George Hilton talvez tenha falado, pela primeira vez, de forma pública, e assumido como uma tarefa prioritária para este próximo período a construção de um sistema nacional de esporte. Então, isso ganhou muita força, mas evidente que já existe todo um acúmulo ao longo do tempo para a discussão desse debate.

Sempre quando falamos da necessidade de construção de um sistema nacional do esporte, sobretudo quem é mais envolvido e comprometido com essa pauta, que compreende o esporte com uma dimensão estratégica para o desenvolvimento dos Municípios, dos Estados e da Nação, enfim, para o desenvolvimento humano, fazemos isso muito inspirado em outros modelos. E sempre citamos isso.

Inclusive, tivemos a oportunidade de, aqui, nesta Casa, num seminário, discutir modelos, tomar modelos como referência, como o Sistema Único de Saúde — SUS ou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e estudar outros modelos esportivos que são referência, como o canadense e o cubano. Mas eu falo isso para lembrar que, para se construir um Sistema Único de Saúde no Brasil, levamos décadas. Não foram anos, foram décadas. Para se construir uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação também levou décadas.



Eu sou naturalmente um daqueles ansiosos para a construção de um sistema com definições e tudo, mas sei também que isso leva um longo caminho. Nós pretendemos, até o mês de setembro — é o que está estabelecido no calendário junto com o Ministério do Esporte —, apresentar a esta Casa uma minuta, que certamente vai sofrer muitas alterações, em razão da discussão de proposições, sejam elas supressivas ou aditivas àquilo que for apresentado.

Eu não tenho nenhuma pretensão de dar conta de abarcar todo o conjunto de opiniões que possam existir dos secretários estaduais de esporte do nosso País. O Brasil é um País que tem um desenvolvimento regional muito diverso. Os nossos sistemas estaduais têm as suas autonomias e refletem o desenvolvimento regional de cada Estado. E nós ainda não conseguimos fazer, pretendemos fazer este mês aqui em Brasília, uma reunião dos secretários estaduais, quando pretendemos apresentar uma síntese daquilo que colhermos a partir da discussão com os secretários, o que temos feito, mas não de forma sistemática e presencial.

Mas eu queria aqui apresentar alguns elementos que considero importantes, diretrizes fundamentais para constituirmos um sistema. Primeiro, que haja verdadeira integração entre União, Estados e Municípios.

Na minha opinião, essa verdadeira integração tem que obedecer a duas premissas imperativas e fundamentais. A primeira é o financiamento federal. Isso que foi relatado aqui pelo nosso companheiro Antônio Carlos, que representa os Municípios, com quem os Estados dividem as suas agruras, o seu desejo e a sua vontade de tornar a pauta do esporte uma agenda prioritária das políticas públicas no País, é absolutamente verdadeiro. Não se tem que fazer nenhum reparo nas suas considerações acerca da dificuldade de orçamento, de financiamento para os Municípios, e isso se reproduz também no caso dos Estados. Então, penso que tem que ter financiamento federal que obedeça a um fluxo contínuo e suficiente, com vinculação constitucional.

A Constituição da República Federativa do Brasil diz que o esporte e o lazer são direitos de todos e dever do Estado, mas isso não tem correspondência orçamentária, não tem correspondência no seu financiamento. Então, poderíamos até dizer que o que foi posto na Constituição é um artigo de boas intenções, já que



não há correspondência prática, e não podemos garantir direitos se não tiver a forma de execução disso. E essa forma é naturalmente com orçamento e finanças.

Segundo: essa integração nacional tem que ser de estabelecimento de competências, outra questão que temos debatido bastante. Quais são os dois gargalos? Um é a questão do financiamento e o outro é a definição de competência, porque na política de esporte não tem definição de competência. União, Estados e Municípios podem cuidar de esporte de alto rendimento ou de esporte educacional, do esporte comunitário ou de infraestrutura esportiva. Não existe nenhuma definição quanto à competência de Estados e Municípios.

Eu penso que esse conjunto de definição de competências e essa integração a que eu me refiro têm que existir, mas de modo a preservar a autonomia dos entes federados para desenvolver a sua política. Por quê? Temos que ter uma definição de competência que defina prioridades. Por exemplo: é prioridade na definição de competências da União cuidar do esporte de rendimento, meu caro judoca campeão, João Derly. E, aos Estados, cabe prioritariamente cuidar do esporte educacional, por exemplo, mas que isso não o engesse. Se, por exemplo, no meu Estado, o Maranhão, existe uma política de apostar no atleta de rendimento, que também a possamos fazê-lo.

Então, basicamente são essas as observações que eu queria aqui fazer.

Cumprimento a todos desta Comissão, o Presidente Márcio Marinho, que tem sido um entusiasta e sempre um parceiro nesse debate, como Presidente da Comissão do Esporte.

Por fim, quero dizer que vou defender junto aos secretários do fórum, e defendo aqui, tenho defendido isso junto ao Ministério do Esporte, que tenhamos uma definição de percentual mínimo de vinculação orçamentária por emenda constitucional. E penso que tem que ser em torno de 1% — e vou colocar para baixo aqui, para não fazermos uma conta muito alta, fazer uma conta de turco, como a gente brinca no jargão popular —, porque aí sim conseguiríamos atender as diretrizes fundamentais para que tenhamos um sistema nacional que atenda às demandas do esporte nacional.

De resto, muito obrigado. Agradeço a deferência do convite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós que agradecemos, Sr. Márcio Jardim. Realmente, uma das grandes reivindicações é que o vínculo seja pela Constituição, e que tenhamos a possibilidade de, mais tarde, quem sabe, buscar essa reivindicação.

Eu já havia registrado antes a presença do Deputado Deley, do Deputado Hélio Leite e de outros, já aqui mencionados.

Gostaria, agora, de passar a palavra, para as suas considerações, à Sra. Cássia Damiani, do Ministério do Esporte, representante do Ministro George Hilton, paranaense de Terra Rica, como eu — e Cyro Delgado também é do Paraná. É uma grande satisfação estarmos, por inúmeras vezes, conversando.

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Boa tarde, senhores e senhoras aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer pelo convite, não só ao Presidente desta Comissão, Deputado Márcio Marinho, mas estendê-lo ao Deputado Evandro Roman, com quem estamos dividindo a mesa pela segunda vez, como o Secretário Márcio Jardim citou. A primeira foi no seminário que fizemos em conjunto, que teve um sucesso, uma repercussão nacional muito grande, em torno do debate da formulação de uma nova lei — por isso tem que ser muito estreita essa relação — que vai ditar as normas sobre diretrizes e bases do esporte no âmbito da estruturação de um sistema nacional.

Eu preparei um material para apoiar aqui a nossa apresentação, porque eu não vou me reportar objetivamente à importância do debate sobre um plano num momento em que nós estamos discutindo uma nova lei que vai organizar, dar uma nova estrutura e funcionamento para a área de esporte e lazer no Brasil.

Eu queria dizer que é extremamente oportuno esse debate. Estamos em sintonia com esta Casa, não só com a Câmara, mas também com o Senado, para que consigamos uma confluência de interesses para que, no mínimo, a forma com que essa política nacional que vem sendo estruturada no nosso País, no âmbito do esporte, tenha coincidência no foco e no objetivo final que queremos, que é a inclusão massiva das pessoas, dos homens e mulheres deste País, da mais tenra infância, juventude, até à população idosa, porque nós tivemos uma grande experiência, nesses últimos 12 anos, quase 13, de participação nesse Ministério, e validamos esse material com o Ministro do Esporte, George Hilton, que nos pediu,



por estar viajando agora para Toronto, nos Jogos Parapan-Americanos, que tratasse desse tema com muito cuidado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ao preparar esse material, nós observamos que não é possível debater um plano descolado de uma estrutura sistêmica do âmbito do esporte, porque o plano materializa uma política nacional. Um plano estabelece prioridades, hierarquiza e, de certa forma, define responsabilidades, com metas e prazos. Por isso, nós entendemos que o plano tem que seguir como uma lei, junto com uma lei de diretrizes e bases, que vai dar esse verniz — eu vou me apropriar de uma expressão de um jurista que conheço — sobre a realidade objetiva do mundo do esporte, hoje, no Brasil.

Então, hoje, a Lei Pelé, que nós conhecemos, traz limitações e insuficiências para analisarmos a estrutura, a organização que contemple todas as entidades e, também, as suas responsabilidades, para fazer com que o esporte, como conteúdo, se materialize como direito, e o que está no preceito constitucional, o direito de cada um como dever do Estado.

Então, para nós, o papel de um plano é fundamental para estabelecer um certo contorno de prazo e quantidade para atacarmos determinados limites, e esses limites foram determinados, e até demonstrados, através de um Diagnóstico Nacional do Esporte — nós até trouxemos alguns exemplares de uma das suas variáveis —, encomendado pelo Ministério do Esporte, para demonstrar quais são as grandes limitações obstantes para o desenvolvimento do esporte no Brasil, para a universalização do acesso ao Brasil, para saber se as crianças e os jovens de fato estão ausentes, onde começa, onde e como ele pratica e quais os grandes gargalos.

Identificamos, por exemplo, grandes forças em relação às desigualdades regionais. Porém tivemos uma surpresa ao vermos que os habitantes da Região Norte praticam mais esporte do que os da Região Sul. Há ainda um grande descompasso na participação de mulheres e de homens.

Por que esse diagnóstico foi importante? Porque foi uma das deliberações das Conferências Nacionais do Esporte para se conseguir entender o mundo que se quer legislar ou planejar. Então, conhecer a realidade foi um dos aspectos importantes.



Porém, como essa área vem se estruturando? Aqui, nós entendemos como sendo um grande divisor de águas para a maturidade da política pública, nesse campo do esporte, desde o momento em que o Estado passa a reger uma área que é de ação privada, inclusive nas entidades de administração e prática do esporte, a Constituição Federal, por ter tornado essa área de direito social reconhecida. Antes disso, houve a legislação de 1941, que é a primeira intervenção do Estado, com uma visão mais tutelar.

Pela *lex sportiva*, nós podemos analisar esses dois aspectos pré e pós Constituição. Esse é o modelo da estrutura dos primeiros sistemas. O Estado tinha um papel predominante e preponderante para estruturar e organizar áreas que já estavam em materialização, em desenvolvimento no esporte, pela maturidade desse prazo privado. Porém, aqui o Estado tem um papel importante. Eu digo Estado, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. Eles foram se organizando sob um comando único, com alterações do papel desse conteúdo, com esporte na escola, organizando-se nas estruturas militares ou nas estruturas do mundo do trabalho ou da comunidade, mas, de certa forma, de maneira vertical, articulado por um comando único.

Depois de 1975, veio então a Constituição de 1988, que fez essa área avançar, porque fez uma leitura desse conteúdo, isto é, do esporte e do lazer, sob novas formas de manifestações. Não se materializava e não era mais suficiente um tipo de organização esportiva para se planejar. Inclusive o Estado, estando na preponderância, tinha algumas amarras, e essa lei proporcionou a hipertrofia da modalidade futebol, por ser a mais desenvolvida. Então, o futebol passou a preponderar na legislação. O Estado deixou de ter um papel tão importante na definição desses papéis, ou seja, no cumprimento do direito inalienável de cidadania — isso não estava na Constituição. E o futebol passou então a ser reconhecido na Constituição. Ao ser reconhecido, houve também um movimento interno de liberalização das entidades de administração e uma prática que estavam sob a tutela do Estado. E, ao mesmo tempo, não houve uma correspondência, inclusive na Lei Pelé — esta é a Lei Zico. Houve a liberação do passe dos atletas, mas não houve uma regulação entre o clube e o atleta. Foram quase três décadas para conseguirmos aprovar, na Lei nº 12.395, ou seja, na Lei Pelé, uma emenda para



conseguir regular minimamente esses compromissos. Só que a lei foi absolutamente hipertrofiada em relação ao futebol. E o esporte, materialmente, foi-se desenvolvendo na vida real concreta, no lazer, na sua forma de manifestação, nas escolas, nos clubes. Inclusive, nessas entidades de administração e de prática mesmo, com autonomia, e não soberania, diga-se de passagem, começa a haver o movimento de um sistema real e outro, que está na lei e que inclusive não comporta as definições de manifestações, a partir da Constituição de 1988.

Como eu disse, a Lei Pelé começou a receber emendas, de forma evolutiva, pelas necessidades objetivas que foram se materializando na área do esporte. Dessa forma, com esse conjunto de leis que compuseram o título, a composição dessas normas gerais sobre o desporto, que hoje nós conhecemos como Lei Pelé, e com o conjunto de outras leis que se reportam a ela para a estrutura do sistema, nós começamos a perceber que, enquanto Estado — ou o Ministério do Esporte, que foi o segundo divisor de águas —, com as duas *lex*, pré e pós Constituição, seria absolutamente necessário se instituir uma lei que se descolasse daquela que rege o futebol profissional, porque ela está madura. Já existem debates importantes sobre essa modalidade, por ser um patrimônio cultural do brasileiro, que tem o seu movimento próprio, que mobiliza divisas.

O Sistema Nacional do Desporto está assim representado pela Lei Pelé: rege 80% do futebol e 20% do Sistema Brasileiro do Desporto e, anexo, um sistema privado, que é o Sistema Nacional do Desporto. É essa a representação.

Os Estados e os Municípios, como os Secretários Pereira e Márcio colocaram, não têm um grau de vinculação e de compromissos que consigam expressar quais são as responsabilidades, para não haver redundância, sobreposição. E a política nacional não consegue se materializar de forma uníssona. Há Municípios que fazem as três manifestações; outros fazem só a base. Então, há necessidade orgânica disso; há necessidade de se regradar, de regular e haver participação e controle social sobre esses recursos que foram ficando cada vez mais crescentes. Essa necessidade se expressa principalmente no conteúdo de como o esporte é visto hoje, a partir da constituição do Ministério do Esporte, em 2003.



Aqui, eu chamo a atenção para as mudanças vetoriais. O esporte deve ser reconhecido como direito social, como fator de desenvolvimento humano e inclusão e inclusive como fator de desenvolvimento econômico, advindo dos grandes eventos, que nos mostram claramente o impacto para a geração de empregos e para o crescimento, a segurança, a inteligência, a tecnologia. Então, tem que haver um retrato legal disso. Por isso, pensou-se — e inclusive se amadureceu em três conferências — na necessidade de haver uma política com esses preceitos, que resguardem a formação integral do indivíduo como resultado, e uma política de Estado, e não de Governo, que possa ser sazonal e que, ao sabor do gestor, se vai alterando, para resguardar os princípios centrais do desenvolvimento, inclusive da universalização e do acesso a esse bem social e cultural, que é o esporte. Além disso, citamos a gestão democrática.

Esses preceitos então foram sendo amadurecidos em três conferências, em 2004, em 2006 e em 2010. Houve aqui uma política nacional, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte. Houve também a II Conferência Nacional do Esporte, que discutiu o sistema em quatro eixos, e a III Conferência Nacional do Esporte, em 2010, que discutiu o Plano Decenal do Esporte.

É importante registrar aqui que as outras áreas, como bem disse o Márcio Jardim, que me antecedeu, levam anos para se materializar, para amadurecer, com acertos e erros. Mas, desde 2010, ela evoluiu muito rapidamente na área do esporte. Os consensos dos segmentos mais diversos do esporte fecharam um grande pacto. Eu acho que isso se reflete aqui também no Congresso. É muito importante esses pactos porque nós conseguimos estabelecer a linha de uma política inclusiva, mas também que não deixe de levar em consideração a necessidade do fortalecimento dos nossos atletas, no âmbito do alto rendimento, e que leva isso em consideração. Mas isso não reflete na legislação. Por isso há necessidade de uma nova lei para materializar um plano. E aqui eu vou valorizar esse plano, que foi resultado da III Conferência, onde foram ouvidas mais de 220 mil pessoas no Brasil, de todos os segmentos. Agora nós precisamos dar respostas à sociedade. Em todas as conferências, ouviram-se mais de 300 mil pessoas, nesses últimos 13 anos. E agora, o Ministério do Esporte, imbuído de uma vontade política, de forma bastante humilde — o Ministro bebe na fonte dessa história, desse passado —, quer



materializar uma lei de diretrizes e bases que dê ressonância a essas grandes linhas estratégicas, como a criação do próprio Sistema Nacional do Esporte, a formação e a valorização profissional de todos os profissionais multidisciplinares que compõem o mundo do esporte, a ciência e a tecnologia, o alto rendimento, o futebol como patrimônio, até onde o Estado possa gerir e regradar sobre ele, porque ele gera divisas e mobiliza pessoas. O Estado tem que, de alguma forma, estar presente e tratar melhor para que, numa política nacional de financiamento, garanta a inclusão de Municípios.

O Diagnóstico Nacional do Esporte mostrou que não recebem recursos públicos nem federais nem estaduais para fazer essa política vigorar como uma política importante para o desenvolvimento humano.

No que tange à infraestrutura, é preciso entender, articular e otimizar as estruturas, assim como a dimensão da economia, ou seja, a participação das empresas privadas no desenvolvimento do esporte no País.

Então, em cima dessas principais estratégias que estão aqui, no nosso Plano Plurianual, aprovado por V.Exas., que sempre colaboraram muito com a nossa ampliação orçamentária e financeira para a materialização dele, há três grandes vertentes, que perduram até hoje. O próximo PPA, que vai garantir as Olimpíadas, também vai perdurar. As três grandes vertentes são: formação de atletas, educação, saúde e inclusão pela universalização do acesso e grandes eventos, brigando pela qualidade profissional e também dos legados.

Dessa forma, esse vetor dos grandes eventos nos levou também a analisar o orçamento. O que eu estou querendo dizer com isso? Essa é a motivação central de fazer com que esse desenvolvimento, esse impulso no nosso orçamento seja para as políticas sociais, para as políticas de rendimento ou para a lei de incentivo. Nós nos tornamos uma área — eu digo nós porque sou professora de Educação Física, apaixonada pela minha área e que está aqui defendendo isso — que conseguiu mostrar que esse desenvolvimento impactou nos Municípios e nos Estados. Houve um aumento substancial da presença do esporte nas constituições estaduais, um aumento da criação de leis de incentivo nos Estados e um aumento dos Conselhos Estaduais de Esporte e a criação de órgãos próprios nos Estados e nos Municípios. Houve, de certa forma também, um fortalecimento institucional para jogar dinheiro



próprio dos Municípios no Estado e dinheiro próprio dos Estados no esporte. O que isso significa? Um momento maduro para que nós possamos, então, ousar a estabelecer um plano decenal, com partilhamento de responsabilidades, para ter esse movimento em rede também, definindo as suas potencialidades.

Então, nesse caso, eu entro, em específico, no papel dos entes públicos. Vejam que esse sistema nacional que nós estamos pensando e elaborando requer que se pense na iniciativa privada articulada ao esporte, no terceiro setor articulado ao esporte, um setor inclusive invisível na Lei Pelé hoje, que são as entidades paraestatais, por onde circulam muitos recursos e se recebe demandas ou se responde a demandas do Estado em muitos lugares, pela sua especialização. Então, eles têm que ocupar esse espaço.

Porém, o desafio aqui foi discutirmos o papel dos entes públicos. Dessa forma, nós estamos elaborando esse sistema, numa comissão ampla, com a participação inclusive de algumas pessoas que fazem parte desse grupo de trabalho que está elaborando esse projeto de lei, e estamos discutindo, também, como materializar isso, depois, em metas para o plano decenal, porque uma política de um sistema no papel passa a ser inócua se ela não tiver reverberação num plano decenal ou num plano quinquenal.

Dessa forma, o principal objetivo da União é pautar na colaboração e no comprometimento, no respeito às características próprias de cada uma dessas instâncias públicas, buscar trabalhar com a questão da visão integrada do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor, peço que conclua suas considerações.

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Para as minhas considerações finais, eu guardei aqui grandes questões que nós trazemos como papel da União: a articulação intersetorial entre aqueles Ministérios que têm relação direta com as políticas de esporte e lazer; a necessidade de criar condições para o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia; a criação de um Fundo Nacional do Esporte e o controle dele, para que os Municípios e Estados tenham recursos próprios para promover a formação esportiva e o esporte para toda a vida, que é um dos níveis que nós estamos criando, que não existe hoje no sistema; o apoio, com recursos próprios, hoje já previstos em lei, às confederações e federações, para que haja o



desenvolvimento do esporte; e também a formação dessas pessoas com regras para a sua qualificação profissional.

Eu gostaria de agradecer, Deputado. Nós temos muito ainda a conversar sobre isso, mas acho que o debate vai ser fértil para que possamos tecer comentários mais detalhados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço a sua explanação, Sra. Cássia. Nós temos realmente debatido e conversado muito sobre essa elaboração, nessa parceria que temos. Então, a discussão está sendo fundamental para desenvolvermos a melhor forma possível ou errarmos menos na elaboração do Sistema Nacional do Esporte e também do Plano Nacional.

Seguindo a ordem, concedo a palavra ao Deputado Deley, para que faça as suas considerações.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizá-lo por trazer este debate à Casa e quero pedir desculpas ao Antônio, ao Márcio, porque fui ali tomar uma injeção para velhice, e, então, azar o meu, porque eu perdi a oportunidade de ouvi-los. Mas peguei o finalzinho da explanação feita pelo Márcio e pude ouvir integralmente a fala da Profa. Cássia.

Tentando me organizar aqui, eu digo que um dos maiores patrimônios que eu carrego, muito mais do que ter sido jogador de futebol, é a oportunidade de ter sido Secretário do Esporte de uma das cidades mais importantes do Rio de Janeiro, Volta Redonda. E eu falo com orgulho, porque, obviamente, eu entendo que o sucesso ou o insucesso vai estar sempre acompanhado da palavra “nós”. Chega-se ao sucesso junto com várias pessoas, e o insucesso também. E hoje Volta Redonda é considerada a cidade com o melhor Índice de Desenvolvimento do Esporte do Estado do Rio de Janeiro e deve estar classificada como uma das melhores dentro de uma visão social.

Eu ouvi o finalzinho da fala do Márcio, quando ele falou a respeito das competências e da questão orçamentária, o que foi repetido também pela Profa. Cássia.



Como tenho dito, fico triste quando vejo esta Casa nessa briga louca, quando nós temos tantas coisas para discutir. Hoje, por exemplo, é o Dia Nacional da Saúde. Eu queria poder dizer: viva a saúde brasileira! Mas participei ontem do encontro das Santas Casas e, infelizmente, não posso dizer isso. E aqui não há nenhuma tendência partidária. Pelo contrário. Eu acho que há temas da sociedade brasileira que têm que ser apartidários, a saúde é um e o esporte é outro. Então, eu acho que o que os senhores estão nos trazendo aqui é de grande importância e vai bater um pouco naquilo que nós temos repetido.

Profa. Cássia, quanto à questão de definirmos as atribuições, eu tive a oportunidade de estar com o Ministro, que foi muito gentil e carinhoso com os Deputados que acompanharam a delegação. E eu disse a S.Exa: *“Ministro George Hilton, V.Exa. sabe perfeitamente das críticas que sofre”*. Como disse a Cássia, ele tem tido a humildade e o entendimento, como eu tive lá atrás. Eu não sou formado em Educação Física, sou formado em Administração Esportiva e em Administração. Eu entendo que a função do administrador é facilitar o trabalho daquele que conhece daquilo que nós estamos discutindo, é facilitar esse caminho. Então, eu vejo que a conferência, Profa. Cássia — realmente, eu falei isso para o Ministro George Hilton, eu acompanhei aquele período das conferências —, tem uma riqueza de material extraordinária.

Nós hoje praticamente já detectamos qual é o problema do doente. Agora, o que nós temos que fazer? É realmente aquilo que a senhora falou. Se formos aos países onde o esporte é altamente desenvolvido, como, por exemplo, os Estados Unidos — vamos pegar logo o *top* —, lá não importa se são os republicanos ou se são os democratas a dirigir o País, já há um modelo definido. Então, é por isso que nós temos que brigar aqui, para que não fique a bel-prazer do Governo do momento. Eu acho que é assim que deve ser com alguns segmentos, como a saúde, a educação e a própria cultura. Estamos começando a chegar ao entendimento de que precisamos definir imediatamente qual é o nosso modelo.

Segundo, nós temos, depois, que brigar por recursos. Eu sempre falei que nós do esporte somos de uma incompetência siderúrgica. Quando eu vejo o pessoal da cultura invadir, no bom sentido, o Congresso, eu fico com uma inveja danada. Só



agora vi um pouco de movimento em relação à dívida dos clubes. E eu acho corretíssimo.

Nós temos que separar: futebol é uma coisa à parte. Essa também é outra questão que, eu acho, está muito clara na cabeça de todos nós. O futebol é um caso à parte. Se é patrimônio do brasileiro, se ainda é motivo de orgulho, essa é outra discussão. Depois do 7 a 1, há várias dúvidas. Mas, enfim...

Eu inclusive fui almoçar em casa e justamente hoje, no *Sport TV*, estava-se discutindo a questão de quantas medalhas nós vamos ganhar, quantas não vamos ganhar. Quer dizer, já se está discutindo o final do processo. E nós queremos outra coisa, né? A Profa. Cássia, o Márcio, o Antônio, todos nós sabemos que, para discutir o final, tem que haver um começo.

Eu, por exemplo, dei entrada em um projeto — espero que a minha assessoria tenha dado — para que não se possa construir mais nenhuma escola neste País sem uma quadra esportiva. Isso é só para começarmos a discutir o assunto. E temos que fazer chegar o recurso até a outra ponta. Essa é a tal discussão do pacto federativo, esta sim, muito mais do que essa reforma política que nós votamos, que pouca coisa definiu. Para mim, a maior discussão que o Brasil precisa fazer, em todos os sentidos, é a discussão do pacto federativo, é a rediscussão das atribuições de cada ente da Federação. Isso inclui saúde, esporte...

Volto a dizer que não estou fazendo nenhuma crítica ao Governo atual. Isso já vem de muito tempo. O que nós temos é uma ditadura econômica. Os Municípios estão quebrados. Não adianta querer, porque o prefeito não vai botar dinheiro no esporte. São raríssimos os que têm esta visão, porque a saúde no Município está ferrada, a educação está ferrada, a população não tem este entendimento.

Agora, é claro, nós temos a obrigação de construir esse modelo, e as gerações futuras, Deputado Roman, os que virão ocupar o nosso lugar, não deixem mexer nesse modelo. Nós temos que criar o modelo e incuti-lo nesta Casa. *“Amigo, você ganhou para presidente, ótimo!”* A comunidade esportiva tem que estar gritando isso sempre.

E nós temos que ter competência para nos mobilizar, para que realmente possamos melhorar os nossos orçamentos. Aí sim eu acredito que um dia o nosso esporte vá ser tudo isso que nós sonhamos. Espero estar vivo para ver isso.



Vou estar sempre brigando, lutando para que a gente consiga alcançar esses objetivos. Essas coisas estão muito claras dentro da minha cabeça, e eu acho que cabe a todos nós nos mobilizar e incutir na cabeça de cada um que vive do esporte, de cada uma dessas figuras referências do esporte, que elas têm que vir aqui para esta Casa lutar, como lutam aqui outros segmentos, para melhorar seus orçamentos.

Fica o registro: nós somos incompetentes. E falo de todos nós, porque a primeira coisa que nós temos que fazer é definir o nosso modelo e vir para cá brigar por mais recursos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Parabéns, Deputado Deley. Eu poderia ter falado inicialmente, por ser o autor do requerimento, mas prefiro deixar minha participação para o final.

V.Exa., Deputado Deley, falou no mínimo 60% do que eu penso. Parabéns mesmo!

Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do debate e de parabenizar os nossos palestrantes na pessoa do nosso querido e competente — conheço pelo menos um, Deputado Deley, competente na área do esporte — Márcio Jardim.

Acho que o esporte é uma das políticas de maior inclusão social. Temos de ver que os nossos jovens estão morrendo a números de guerra. E mais, estão morrendo os mais pobres. Precisamos urgentemente avançar numa política de inclusão social.

Fico satisfeito por este debate. Essa questão de que as Prefeituras vivem em dificuldade e por isso não priorizam o esporte tem que ser resolvida. Eu gostei muito dessa sugestão — parece o ovo de Colombo — de colocar na Constituição um percentual para o esporte. O ovo de Colombo era aquele que ninguém colocava em pé, aí chegou um cara lá e o quebrou, e o ovinho ficou em pé.

Acho que essa saída que os senhores estão apresentando vai ter uma ressonância muito grande aqui na Câmara. Nós vamos apoiar essa ideia, porque ela é uma política de inclusão social e, mais do que isso, é uma política de saúde, uma



política de educação, uma política de cultura e uma política de lazer. Quantos, nos bairros mais pobres, nós não vemos tendo seu momento de lazer na prática do esporte?

Fiquei satisfeito. E quero deixar registrado que acompanho no nosso partido a luta do Deputado Deley, esse gigante na área do esporte. Nós precisamos, sim, melhorar os orçamentos dos Municípios, melhorar os orçamentos dos Estados, chamar o Ministério para uma participação maior, para que ele não fique isolado. Vemos agora uma política de aproximação do Ministério com as Secretarias de Estado, mas já vi também o Ministério muito isolado, aqui em “Versalhes” — eu chamo Brasília de “Versalhes”. É como se Brasília não conhecesse o resto do País. À medida que o Ministério se dispõe a participar de conferências públicas, a visitar os Estados, ele começa a conhecer a realidade deste Brasil.

Mais uma vez, parablenzo o Deputado Evandro Roman pela iniciativa.

Vamos em frente! Contem comigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado pela explanação, Deputado Pedro Fernandes. Essa é uma grande linha, uma meta a ser buscada.

Eu vou utilizar a minha fala para fazer uma reflexão do que me levou a apresentar o requerimento para este debate. Haverá vários outros, mas hoje estamos trabalhando na construção do Plano Nacional do Desporto, que é uma ação para os próximos 10 ou 20 anos. Nós estamos no Sistema Nacional, Deputado Deley, que é aquela parte mais operacional, mais imediata, que está sendo muito bem feita pelo Ministério do Esporte. E temos trabalhado muito em parceria.

Quando cheguei a esta Casa pela primeira vez, há 6 meses, pensei: como a minha grande bandeira é o esporte, escolhida por opção, desde a minha vida acadêmica, enfim, vou realmente militar nessa área.

Então, vamos entender primeiro a parte orçamentária. Porque é muito bom discutir e entender as ações, mas, na hora de pegar a assinatura no cheque, a dificuldade é muito grande.

Na cidade de Botucatu, 1,2% do orçamento. Ouvi também a sugestão do Secretário Márcio Jardim. Solicitei à nossa querida Cássia o real orçamento do Governo para o esporte. Com todas as emendas que nós encaminhamos, todas as



ações, em torno de 3,3 bilhões de reais aproximadamente; sem as emendas, 2,5 bilhões, dados atualizados.

Quando fui buscar entender o que nós arrecadamos e o que nós realmente queremos, eu me deparei com uma situação um pouco assustadora. Hoje, o Brasil tem uma arrecadação de cerca de 2,9 trilhões de reais. Desta arrecadação, Márcio, eu diria que nós temos em torno de 50%, beliscando agora, com a taxa Selic indo para 14,25% — em 2010 era de 7,25% —, aproximadamente 51%, talvez até um pouco mais, com despesas com pagamento de dívidas e juros anteriores. Portanto, temos quarenta e pouco por cento para fazer a máquina rodar, para todo o desenvolvimento — já estamos falando de 92%, de 93% de tudo que arrecadamos —, para as questões emergenciais, para todos os programas sociais, como o Bolsa Família, para auxílio-reclusão, seguro-desemprego, etc. E então chegamos àquilo que realmente poderíamos levar para a questão esportiva. Era aí que eu queria chegar. Sobra para investimento no País algo em torno de 3%, de 3,5%. Isso representa aproximadamente 90 bilhões de reais.

Se nós fizéssemos um trabalho para ter 1%, poderíamos dizer que teríamos hoje, Deputado Afonso Hamm, um orçamento de 30 bilhões de reais para o esporte. Mas nós temos, dos 2,9 trilhões, 90 bilhões para investir. Então, hoje, isso está fora da nossa realidade, embora na desoneração agora nós tenhamos feito todo um trabalho para aumentar, em média, 4,5%. Estamos caminhando, porque nós mesmo aprovamos isso, pensando no País. Acredito que esse tenha sido um ato pensado realmente para o País.

Hoje temos 3,3 bilhões. Se nós chegássemos a um investimento de 0,5%, estaríamos falando de 15 bilhões de reais, ou seja, quatro vezes o que já temos, e eu diria que isso já daria para nós respirarmos. Mas teríamos que fazer um trabalho muito sério, por isso é tão importante ter a oportunidade de ouvir a realidade dos Municípios e dos Estados, de saber o que eles estão passando.

Na minha visão, o Ministério do Esporte, essa estrutura federal, juntamente com a estrutura dos Estados, é a coluna vertebral dessa organização chamada “esporte”; mas os eventos acontecem nos Municípios. Imaginem que vamos realizar os Jogos Abertos lá no Rio de Janeiro. Volta Redonda, sua cidade, Deputado Deley,



é que vai ter que mobilizar o Secretário Municipal de Esporte, porque é lá que as coisas vão acontecer.

Então, não é que nós vamos fazer o trabalho de forma estanque: *“Olha, você vem até aqui, daqui em diante você não avança, e aqui você também não avança”*, tudo dividido entre Federal, Estadual e Municipal. Temos que ter eixos norteadores que nos encaminhem e nos façam buscar isso com o pé no chão, realmente dentro de uma ação. Eu diria que isso nos daria um alicerce muito bom.

Outro exemplo. No Maranhão, quanto por cento é designado hoje diretamente para o esporte?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Hoje, o que nós temos no Ministério do Esporte corresponde a 0,1%, a 0,2% do Orçamento total.

Eu fico imaginando. Nós temos o grande anseio de buscar recursos com o Ministro George Hilton, sempre prestativo. Muitas vezes eu converso com ele. Mas é complicado. Nunca me saiu da cabeça, Cyro Delgado, uma das frases mais sinceras que já ouvi como Secretário de Esporte e Turismo do Paraná. A frase foi dita por um prefeito de Município do interior do Estado. Eu disse: *“Prefeito, o senhor tem que auxiliar a sua Secretaria de Esporte, fazer com que realmente o esporte...”* Eu tinha essa política com todos os prefeitos. Esse prefeito me disse o seguinte: *“Roman, eu não recursos para atender quem chora; imagine se terei para atender quem sorri”*. Porque o entendimento é que quem chora está na saúde, está na educação. Não há o entendimento de que o esporte é ligado a isso. E não vamos falar do esporte de alto rendimento, senão vamos entrar no campo das lesões, do *dopping*... Estamos falando do esporte de participação, do esporte social. Este esporte é realmente o condutor da promoção de saúde. Ele é formador.

Nós tínhamos um projeto no Estado do Paraná chamado Esporte Formador. Eu digo que o esporte era formador do caráter e da disciplina, era promotor da paz e até atleta formava. Se o trabalho for bem feito, até atleta sai do esporte.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eu vou abusar da sua generosidade, Deputado Roman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor.



O SR. DEPUTADO DELEY - Ao invés de ficarmos votando esse negócio de maioria, podíamos pegar esse dinheiro que estão querendo usar para construir presídios especiais e colocar no esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Perfeito. Justamente. Mas essa seria outra discussão. Mais uma vez concordo plenamente com V.Exa.

Este é o momento. Esporte passa por investimento. Todo mundo acha que o esporte brota como brota água de uma mina. Não.

Eu trago como exemplo um caso cujos méritos são do Governador Beto Richa, do Estado do Paraná. Com 3 meses que eu estava lá, ele me chamou e disse: *“Nós temos que montar um programa de incentivo a bolsas no Estado do Paraná”*. E não puxando, porque lá eu estava como Secretário e atendi uma necessidade dele, uma reivindicação que o Governador fez. Lá nós lançamos um programa chamado Talento Olímpico do Paraná, igual a muitos que há espalhados pelo País, e que lá leva o nome de TOP — Talento Olímpico do Paraná.

Enfim, nesse último Pan-Americano, se o Estado do Paraná fosse um país, Deputado Afonso Hamm, nós teríamos ficado em 8º lugar na classificação final. Temos 1.600 bolsistas nesse programa, que está sendo continuado pelo atual Secretário, o Deputado Estadual Douglas Fabrício. Isto sim é investimento em esporte. Todo mundo acha que o esporte brota do nada. Não. É preciso investimento, que nós podemos tentar trabalhar numa PEC. E podemos até ser derrotados.

Mas de onde sai o dinheiro? Esta é a pergunta. Se nós temos para investir no Brasil inteiro 90 bilhões, se buscarmos 1% teremos algo em torno de 30 bilhões. Esta é uma reflexão, para irmos trabalhando de forma gradativa até chegar ao que queremos. Essa é a forma.

E é preciso levar em conta ainda que, se for realmente comprovado — eu não quero entrar nessa esfera, não vou julgar isso — que o Brasil entrou devendo 40 bilhões, em razão da possível pedalada fiscal, e que temos um investimento de 90 bilhões, temos este ano somente 50 bilhões para gastar.

Faço esta reflexão depois de ouvir todas as partes.

Eu agradeço ao Deputado Márcio Marinho a possibilidade de nós estarmos discutindo este assunto.



São estas as minhas considerações. Eu concordo, Deputado Deley, que nós temos que deixar de andar com o pires na mão. Está difícil. O esporte está sempre batendo na porta com o pires na mão.

Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu queria perguntar à nossa representante do Ministério a Profa. Cássia com quanto o esporte contribui para o PIB brasileiro. Acho que esta é uma informação que nós precisamos ter.

O SR. DEPUTADO DELEY - Aquele movimento é na economia, não é isso, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso.

O SR. DEPUTADO DELEY - Muito. É muito.

Profa. Cássia, você fala — permita-me chamá-la de “você” — nos equipamentos, nos militares nos ajudando nesse trabalho, porque aproveitamos os equipamentos militares que estão ociosos no Brasil. Na conferência se falou sobre isso? Porque outro dia eu estava pensando neste assunto que nós estamos tocando aqui. Meu Deus do céu! O que mais se ouve é essa molecada... Queira ou não queira, nós voltamos ao assunto da redução da maioria. Fiquei pensando, meu Deus, que é preciso criar alguma coisa para esses garotos, dar uma oportunidade a eles, sei lá, uma oportunidade de ir para o esporte, de sair do meio da rua, de sair do meio do tráfico. Essa foi uma viagem minha eu fiz.

O SR. ANTONIO CARLOS PEREIRA - Deputado, a juventude de hoje é diferente da nossa. Para o senhor ter uma ideia, e deve ser isso o que acontece na maioria dos Municípios, antigamente o senhor andava 1 quilômetro e meio para frequentar uma escola de esportes ou para ir treinar. Hoje, os jovens não andam dois quarteirões, querem passe escolar. O dinheiro fácil não vem do esporte, ele vem do tráfico, e esta juventude quer marca de grife. No esporte ela não consegue esse dinheiro. Aonde vai buscar, rapidamente? As crianças viram as famosas “mulas”, vão traficar droga. Por quê? Porque as Prefeituras, que é onde tudo acontece, não têm estrutura orçamentária para dar suporte a elas. Não têm.

O senhor estava fazendo referência a um projeto que o Ministério do Esporte tinha, deve ter, e que é projeção do que acontece hoje. O Ministério do Esporte repassava recursos para as unidades do Exército, Marinha... Nós repassávamos



recursos para que eles disponibilizassem profissionais para receber jovens para a prática da atividade física dentro dos quartéis. Isso é da época do Lars. Não sei como está hoje, porque estou afastado do Ministério faz tempo. A continência no pódio é fruto dessa realidade. Os grandes atletas, para poder sobreviver, recebem do Ministério uma patente — de sargento, segundo, terceiro — para ter condições de se dedicar integralmente à prática do esporte de alto rendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - A Sra. Cássia quer responder às perguntas do Deputado Pedro Fernandes e do Deputado Deley?

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Eu gostaria de agradecer a pergunta e de dizer que ela é muito pertinente. Deputado Deley, o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa têm uma pactuação já de longa data que, embora não esteja materializada no sistema da Lei Pelé, vai aparecer como uma das parcerias intersetoriais nesse novo projeto de diretrizes e bases, porque já materializa uma relação.

Hoje temos o Programa Forças no Esporte, derivado do Programa Segundo Tempo, que se desenvolve no contraturno do horário escolar das crianças — estamos concorrendo no MEC para que ele seja considerado uma jornada estendida, integral. Temos também uma parceria forte com o Mais Educação. Com o Ministério da Defesa, temos uma parceria no Programa Segundo Tempo, específico para meninos e meninas. Usamos equipamentos das três Forças, num programa denominado Forças no Esporte. Já temos algo em torno de 160 núcleos, em 90 organizações, em 25 Estados, com cerca de 16 mil participantes. O número começou baixo e hoje já tem essa dimensão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Nós temos uma pactuação...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Exato, militar. Nós repassamos recursos, via descentralização, para o Ministério da Defesa. Utilizamos a estrutura e também os professores, com capacitação, com todo o aparato pedagógico do Programa Segundo Tempo, mas tudo adaptado àquela estrutura militar.

Outra coisa importantíssima que nós não podemos deixar de reconhecer são os centros de treinamento que hoje estão disponíveis. Alguns deles já sofreram reforma, já foram modernizados, com recursos do Ministério do Esporte e até da



União, dada a potência que nós constatamos nos atletas, que são militares mas também são atletas olímpicos, paraolímpicos, medalhados. Muitos atletas também participam do Bolsa-Atleta, que investe recurso diretamente na manutenção da equipe multidisciplinar e do próprio atleta, em vários níveis de competição, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica. Nós temos essa preocupação. Antes de esperar que alguma legislação seja alterada, nós já nos utilizamos dessa estrutura incrível. Isso faz parte de um programa que nós denominamos de Rede Nacional de Treinamento. E aqui nesta Casa mesmo foi aprovada a Lei nº 12.395, que é uma daquelas leis anexas para alterar a lei de normas gerais, para que essa Rede Nacional de Treinamento tenha uma base nacional que articule o Cidade Esportiva com esses equipamentos que o Secretário Pereira menciona e outros, privados de utilização pública ou públicos, para se fazer o fomento da atividade. Nesse novo modelo de sistema que nós estamos prevendo, isso faz parte do que chamamos de formação esportiva, isto é, de mudança na cultura e na abordagem da criança em relação ao esporte, de forma que ela sinta a necessidade de praticá-lo toda a vida e tenha a oportunidade de praticá-lo com alto rendimento, se ela quiser, seguindo aquela pirâmide do alto rendimento que nós bem conhecemos — temos até atletas aqui. O Cyro conhece muito bem essa estrutura do alto rendimento. Mas esse sistema quer acolher também as pessoas que não estão no alto rendimento e querem continuar praticando o esporte por toda a vida. Então, nós estamos propondo a esta Casa um novo nível, denominado “esporte para toda a vida”, que começaria na adolescência, pegando o jovem que aprende o esporte, que gosta da prática, que valoriza a atividade e a pratica por saúde, por lazer, pela participação no espaço e no tempo de lazer da sua vida. Para isso, vai ser necessário utilizar todas as estruturas do Ministério da Defesa, do Ministério da Educação... Por isso eu elogio muito o seu projeto. As escolas não podem deixar de ter a sala de aula da Educação Física, nem o espaço de apropriação do esporte como atividade extracurricular.

Quanto ao impacto no PIB, aproximadamente daqui a 1 mês nós vamos publicar mais um módulo do *Diagnóstico Nacional do Esporte*, o módulo das finanças do esporte, públicas e privadas, com o impacto do esporte no PIB nacional e a própria formação do PIB do esporte, esse PIB setorial.



Eu poderia arriscar que, no cômputo geral, somando-se a participação das famílias no esporte, que hoje nós sabemos pelo *Diagnóstico* que tem impacto realmente grande, e a participação do Estado, temos algo em torno de 6 bilhões, um impacto muito baixo no PIB. Isso pode ser potencializado, principalmente porque a participação das empresas privadas no esporte é mínima, irrisória, e quando existe vem de empresas de economia mista ou estatais, que já são vinculadas. Por isso um dos grandes ícones do sistema vai ser a atratividade de recursos privados para o esporte de alto rendimento, pela sua natureza e estrutura. E os Estados, os Municípios e a União têm que se responsabilizar por garantir o esporte e a formação esportiva para toda a vida. Embora essa devesse ser uma responsabilidade social das empresas, elas não se sentem tão atraídas. Quando são atraídas, nós observamos na Lei de Incentivo um grande impacto naquilo que nós entendemos como formação das categorias de base do alto rendimento e não como formação esportiva, ou para a vivência esportiva, uma formação com a perspectiva do esporte para toda a vida.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, peço licença só para deixar um abraço a todos.

Eu perguntei ao Deputado Pedro se ele é que havia sugerido. Não. Mas vamos brigar na Constituição. Acho que o caminho é esse.

Parabéns, Deputado Evandro Roman!

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Deley.

Registro a presença do Deputado Silvio Torres e concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Comissão pela qualidade desta audiência pública. Eu não ouvi os palestrantes, mas estou acompanhando o debate, um debate qualificado, com contribuições qualificadas tanto na instância do Ministério, representado pela Secretária, quanto na instância dos Estados e Municípios, e com o atleta.



Deputado Evandro Roman, ouvindo os seus comentários, fiz questão de vir aqui. Eu me atrasei por causa de outros compromissos, mas fiz questão de vir participar e aprender. Nós também fazemos algumas conjecturas importantes.

No dia de hoje, por uma feliz coincidência, foi sancionada, fruto de um trabalho que vem sendo feito, a lei da Medida Provisória nº 671, do PROFORTE, depois PROFUT, enfim, de apoio às atividades esportivas. Eu insisti muito no fundo de iniciação esportiva, e tenho a satisfação de ter sido contemplado pelo Relator Otavio Leite depois das discussões que nós fizemos, em vários momentos, com os colegas.

Nós criamos um fundo de iniciação esportiva. Quero dar conhecimento disso porque nós às vezes falamos na dívida dos clubes, com destaque para os clubes de futebol... Nós colocamos lá uma iniciativa, que eu apresentei na forma de proposição no fórum de Porto Alegre, que nós inclusive ajudamos a coordenar. De lá para cá, decorreram 2 anos e meio, e as coisas até que andaram, porque alguns projetos aqui, para se inserir alguma coisa que não é apenas da nossa iniciativa, mas é uma demanda, é uma necessidade... Nós constatamos a falta de recursos para infraestrutura esportiva e para custeio das atividades esportivas na iniciação, principalmente para o trabalho com as escolas, em especial com as públicas. Conseguimos colocar isso no texto que foi aprovado aqui na Câmara Federal e no Senado e hoje está sendo sancionado. Na verdade, a fonte inicial desse fundo é a LOTEX, a Loteria Instantânea Exclusiva, que vai ser implementada. Então, de um novo recurso, de um dinheiro novo, 10% vão para o Ministério do Esporte, 10% do faturamento, graças a esse trabalho que é modesto mas é importante. Um fundo pode ser constituído de outras fontes: de outras loterias, do televisionamento, do direito de imagem, de grandes eventos, como a Copa do Mundo — foi muito duro, porque apenas uma pequena parte foi para os centros de treinamentos. Mas essa é outra questão, do futebol. A iniciativa que nós inserimos é para a prática esportiva, e ela vai se tornar verdadeira quando for implantada a LOTEX, quando o recurso chegar ao Ministério e for repassado basicamente para as escolas, pensando-se exatamente no trabalho nessa fase inicial e na inclusão social. A parceria, em todas as modalidades, é com os clubes de atividade esportiva, que também têm um



percentual. Não lembro agora qual é esse percentual. Se não me engano, 2,7%, ou 3,7%. Não lembro bem.

Bom, já é um começo. É preciso que mais recursos cheguem ao esporte. O caminho é esse. Nós legislando, disponibilizando o recurso através do fundo que tem origem nessa fonte, levaremos dinheiro novo para o Ministério.

Isso vai demorar? Tudo depende da nossa agilidade, da implementação, enfim. Mas o que é importante é que, à medida que esses recursos cheguem, eles sejam efetivamente distribuídos, para fortalecer as escolas, muitas das quais não têm um local para a prática esportiva, não têm uma quadra coberta, não têm a mínima estrutura. É muito comum isso. E é importante que isso seja feito com a visão da inclusão social e da formação do caráter, da cidadania.

Nós já temos vários programas, e eu quero destacar esse recurso não só por ter sido autor da iniciativa, por ter insistido — os que me acompanham há mais tempo sabem que eu sou uma pessoa até um pouco chata nesse aspecto —, mas também por ele nos permitir trabalhar com o legado das Olimpíadas, com as estruturas que estão lá. Este debate deve ser feito agora, de hoje até o início das competições olímpicas e, logo em seguida, paraolímpicas.

É emblemático o dia de hoje, o dia desta audiência! Nós estamos a 1 ano das Olimpíadas. Quero parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa, assim como parabenizo a todos que estão participando deste trabalho.

Eu procurei também dar um pouco de informação. Nós muitas vezes temos dificuldade de mostrar o que um trabalho legislativo pode fazer, que contribuições podemos dar para de fato melhorar o orçamento do setor. Eu acho que essa é uma meta interessante para discutirmos na Comissão, em parceria com o Ministério.

Quando se fazem cortes orçamentários, quais são os Ministérios que mais sofrem? O campeão é o Ministério do Turismo — uma visão distorcida —, seguido pelo Ministério do Esporte. Não vejam aqui uma crítica a quem está fazendo a gestão, mas a verdade é que nós precisamos ser pragmáticos nessa construção.

Toda audiência pública, toda oportunidade que tivermos de reunir pessoas que podem contribuir nesse processo é muito importante. Então, tenho certeza de que hoje é um dia realmente importante do ponto de vista desta matéria. Muitas ideias estão sendo dadas, está havendo muitos entendimentos sobre como as



coisas funcionam na célula, que, numa sociedade, é a família e o Município. É em cada um dos mais de 5 mil Municípios deste País que as coisas acontecem. É lá que está a escola. É lá que está o jovem.

Alguém falou hoje nas drogas, nesse descaminho. Esse é um problema que já foi das grandes cidades e que hoje está no interior da cidade do interior.

Associando educação com esporte, podemos consolidar muitas políticas. Aqui falaram de maioria penal, por exemplo. Há tantas coisas que podem ser correlacionadas.

A minha Comissão prioritária, onde sou titular — no passado só era possível ser titular de uma Comissão —, é esta. Sou engenheiro agrônomo por formação, mas também tive a oportunidade de atuar no esporte. Cheguei a ser jogador profissional de futebol. Tive uma passagem importante no esporte, que me deu uma bagagem e a formação de um certo conhecimento.

Enfim, eu queria me posicionar com relação a esses aspectos. O País deve aproveitar bem as suas instâncias mesmo nos momentos de maior adversidade financeira, política, econômica. Qual é a previsão? Esta tempestade vai passar? O que nós temos no cenário para os próximos anos? Acho interessantíssimo este debate.

Parabenizo a todos, ainda que eu não tenha ouvido as exposições iniciais. Cumprimento a todos e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Afonso Hamm.

Tem a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Quero primeiramente me desculpar pela ausência até há pouco. Aqui todos temos muitas atividades no mesmo horário, infelizmente.

Cumprimento a Mesa pela iniciativa. Meus cumprimentos, Deputado Roman, pela iniciativa.

Faço uma saudação especial ao meu amigo Pereira, que foi durante muito tempo um dos dirigentes da Secretaria de Esporte de São Paulo, onde tem uma longa história, um belíssimo trabalho.



Assim como o Deputado Afonso Hamm e os demais presentes, estamos juntos na luta para fazer florescer o esporte no Brasil à altura do potencial que ele tem em todas as áreas, apesar de muito dificilmente ser reconhecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Silvio Torres.

A audiência pública é realizada sempre para que os Deputados possam ouvir e, depois, na construção tanto do Sistema Nacional como do Plano...

Nós vamos abrir uma exceção para que nosso amigo o atleta Cyro Delgado, Subsecretário de Esporte do Rio de Janeiro, possa fazer a sua exposição. E, esgotadas as falas dos Deputados, passaremos às considerações finais dos nossos convidados. Daqui a pouco se inicia uma votação no plenário, e teremos que sair correndo.

O SR. CYRO DELGADO - Bom, serei breve. Obrigado, Deputado Roman e todos da Mesa. Acho que a informação foi bem apresentada.

Fui medalhista olímpico da natação. Na época, 1980, o Brasil obteve apenas quatro medalhas, uma delas a minha, no revezamento dos 4 por 200. Naquela época não havia apoio para o esporte.

Outro aspecto que eu quero ressaltar e que foi muito bem colocado pelo Deputado Deley e pelo Deputado Afonso Hamm é a importância da escola. O meu interesse pelo esporte veio da escola. Apesar de eu ser filho de militar, estudei em escola pública — frequentei também escolas particulares e colégio militar. O meu interesse surgiu daquela prática esportiva.

A briga pelo esporte, pela Lei de Incentivo ao Esporte, pelo Bolsa-Atleta, como bem colocou a Profa. Cássia Damiani, tudo isso foi uma construção de longo tempo, uma briga para que o esporte pudesse ser desenvolvido da melhor forma possível.

Quando eu morei e estudei nos Estados Unidos, na Califórnia, eu via um cenário totalmente diferente, e que era possível no Brasil. Era o nosso sonho. Da mesma forma, eu desejava, depois de participar de duas Olimpíadas, ver os Jogos Olímpicos serem realizados no Rio de Janeiro, ou em outra parte qualquer do País,



para que os brasileiros tivessem uma noção de quão importante é o esporte para a sociedade, para a formação do caráter.

Como eu dizia ao Deputado Afonso Hamm, 90% da garotada da minha idade na rua onde eu morava foi para a droga. Eu sou um desses poucos 10% que não foram. Eu me desenvolvi.

Acho que a possibilidade de desenvolvimento do esporte através de recursos está sendo apresentada hoje. O Pan-Americano está se colocando. Particpei de três Pan-Americanos e ganhei duas medalhas em cada campeonato, numa época em que o Brasil ganhava 40 medalhas apenas. GANHOU 144 MEDALHAS.

Estamos chegando a um potencial muito grande no esporte. Devemos isso ao fato de termos ídolos em várias modalidades, não só no futebol. Este é o país do futebol, mas temos que abrir outras possibilidades, assim o garoto tem a oportunidade de ter uma prática esportiva, de defender o Município, o Estado ou o próprio País, de ter o sentimento do pertencimento. O esporte é o único meio de igualdade. No esporte não existe o rico, o poderoso, existe aquele que treinou, aquele que se dedicou.

Agradeço à Comissão. Acho que temos mesmo que lutar por isso. O que precisamos é de mais atletas, é de mais pessoas do esporte envolvidas nesse processo, para que vejamos o benefício lá na frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Cyro Delgado. Como eu digo, o ídolo não morre. A chama do ídolo está sempre acesa. Pode ter certeza de que a sua contribuição como atleta e hoje como gestor nos deixa realmente esperançosos numa situação cada vez melhor para o esporte.

Como você lembrou, houve época em que ganhávamos 40 medalhas num Pan-Americano. Hoje, já são quase 150. Crescemos mais de três vezes! Realmente nos honra muito a sua história.

Já vamos passar para as breves considerações finais — breves porque já estão nos chamando no plenário. Mas antes tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sem querer tirar o brilho da audiência pública, quero apenas comunicar que está chegando a informação do nosso



Secretário, o Lindberg, de que semana que vem será lançado o Fórum Legislativo do Futebol, que tratará de todas as questões pontuais do futebol. A arte acabou de nos chegar. Esta é a proposta visual de um *banner* e também dos convites que nós vamos confeccionar. A ideia é exatamente contribuir para alguns temas. A cerimônia de lançamento será realizada na quinta-feira, às 14 horas, ali no *hall* de entrada. Esperamos contar com a presença de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Está feito o registro, Deputado Afonso Hamm. Convido todos a estar presentes ao evento.

Agora, passo a palavra, para breves considerações finais, à Sra. Cássia Damiani. Na sequência, falará o Sr. Antônio Carlos, e fechamos com o Sr. Márcio Jardim.

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Bem, as considerações feitas depois dos primeiros pronunciamentos me levaram a fazer uma síntese da composição desta Mesa e da importância desta audiência. Eu acho que nós temos que envidar esforços, Deputado Afonso, para articular, para impulsionar essas manifestações de vontade do envolvimento da escola, da formação esportiva, da especialização esportiva na base do autorrendimento. Sem essa noção de inclusão, de democratização, de universalização do esporte para crianças, adolescentes e jovens, não vamos ver a conquista do Brasil como uma potência esportiva, e acho que este é um grande objetivo, que não se encerra nas medalhas em Olimpíadas, Paraolimpíadas, jogos continentais como o Pan-Americano, jogos mundiais ou finais. É preciso que o País tenha muitas modalidades praticadas na escola, não apenas o futebol ou mais uma. É preciso que haja o aprofundamento da democratização do acesso à prática do esporte, principalmente no que se refere à universalização para crianças; e que haja preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico e com a formação de técnicos e treinadores, propiciando-lhes uma boa infraestrutura.

Eu acho que esse é um grande objetivo. Para alcançá-lo, nós temos que afinar os nossos violinos, a fim de que a nossa orquestra seja uníssona.

Nós tivemos esse esforço que foi feito agora em relação à MP. Agora, nós temos que fazer a aproximação. Ao elaborar a nova lei, nós usamos até uma nova nomenclatura, mas depois temos que apertar isso.



Como tônica desta Mesa, debatemos a importante questão da vinculação orçamentária. Nós estamos aqui com a resolução de três conferências. Esta aqui é a terceira, a do Plano Decenal — que, aliás, foi até mais ousada, não é, Márcio? Ela pedia 2% de vinculação do Orçamento da União ao esporte. Eu acho que 1% é uma boa medida para se pedir, para ver se conseguimos pelo menos 0,5%, não é Deputado Evandro? Essa é uma boa tática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Seriam 60 bilhões, não é?

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, em nome do nosso Ministro e do nosso Secretário Executivo, Ricardo Leyser, que também não pôde estar presente.

Quero dizer que nossa Casa, o Ministério do Esporte, está aberta e que queremos voltar aqui para construirmos juntos. Eu faço este chamamento: para que tenhamos uma sintonia, para que não haja grandes mudanças depois em um projeto de lei tão debatido, como nós estamos debatendo, depois de conferências; para que esta Casa aprove essa nova lei de diretrizes e bases do sistema; para que nossos objetivos sejam comuns, para o bem do desenvolvimento do esporte brasileiro, para que ele possa ser um fator também de desenvolvimento social e econômico do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sra. Cássia Damiani.

Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu só gostaria de perguntar quando é que essa proposição vem para o Congresso?

A SRA. CÁSSIA DAMIANI - Até o dia 25 de setembro, nós a entregaremos ao Ministro, e ele a encaminhará à Casa Civil. Até o final de outubro, eu acho que ela deve chegar à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Concedo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Pereira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Eu quero agradecer a oportunidade que os Municípios tiveram de dar o seu recado. Quero agradecer ao senhor,



Deputado, a maneira cordial como nós fomos recebidos aqui pelos seus assessores, pelo Lindberg.

O esporte tem pressa. Nós estamos em uma situação difícil. Quanto mais demorar, menos gente nós vamos ter nessa pirâmide. Esse trabalho, que nós fizemos junto com a Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esporte e Lazer, reflete a realidade do País, guardadas as proporções — há cidades com menos potencial, há algumas com mais. Mas nós temos pressa. Senão, nós vamos sucumbir lá na frente.

Eu quero agradecer aos Deputados aqui presentes, em especial ao Deputado Silvio Torres, meu amigo, que é um grande batalhador da bancada da bola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Antônio Carlos.

Concedo a palavra agora ao Sr. Márcio Jardim.

O SR. MÁRCIO JARDIM - Eu quero dizer que considero absolutamente pertinente toda a abordagem aqui feita pelos Srs. Parlamentares, o Deputado Silvio Torres, Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Deley, o Deputado Afonso Hamm, e também pelo companheiro e colega Cyro Marques Delgado, Subsecretário de Esporte, Lazer, Juventude e Eventos do Estado do Rio de Janeiro, a quem eu peço que transmita um afetuoso abraço ao nosso Secretário, o querido Marco Antônio Cabral.

Essas considerações todas só enriqueceram o conteúdo e a abordagem que aqui foi feita.

Quero mais uma vez agradecer e cumprimentar o Deputado Roman pela iniciativa da realização desta audiência. Ele já foi Secretário de Esportes e, portanto, conhece por dentro os problemas da gestão esportiva do nosso País. Portanto, receba os nossos cumprimentos e o nosso muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós é que agradecemos.

Eu digo que é um privilégio ter a oportunidade de ouvir aqui Municípios, Estados e Governo Federal em um debate no qual podemos ter um enriquecimento muito grande. É claro que não vamos sair desta audiência — não é, Deputado Afonso Hamm? — dizendo: “*Olha, resolvemos!*”, mas apontamos e discutimos.



Eu tenho um carinho muito grande pelo assunto e sempre falo que nos Municípios é que as coisas acontecem. E os Governos estadual e federal são a espinha dorsal, a coluna vertebral de uma organização. Nós temos que dar condições aos Municípios, criando políticas, criando organizações e também levando a eles a possibilidade de realização, não somente transferir-lhes responsabilidades.

Nós sabemos, é claro, da função de cada um. Não é fácil, realmente, estar na função do Ministro George Hilton, hoje, com a dificuldade pela qual o País passa. Dentro dos Estados também há dificuldade. A arrecadação dos Estados e do Governo Federal cai cada vez mais.

Eu costumo dizer que, se choveu no Município de Botucatu, por exemplo, durante uma semana, a primeira coisa que o Prefeito faz — eu estou dizendo isso, mas nem o conheço — é dizer: segure o dinheiro do esporte, porque poderemos precisar para reconstruir estradas, rodovias. É a dificuldade. Por quê? Porque o esporte é um dos primeiros setores a serem afetados. Então, nós temos que ter esse entendimento.

Agradeço a todos vocês a presença, a cooperação e a aceitação do convite. Agradeço também a presença de todos os que aqui ficaram.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a audiência pública sobre os Jogos Escolares da Juventude na próxima terça-feira, 11 de agosto, às 14 horas e 30 minutos, em plenário a ser definido.

Lembro a todos a realização do seminário Calendário do Futebol Brasileiro – Etapa Norte, a ser realizado no dia 10 de agosto, às 14 horas, no auditório da Câmara Municipal de Belém.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.